

M
ENTREVISTA/Stella dos Cherubins

A educação pública no DF é trilhionária

Ela administra a maior parcela do orçamento do GDF para o exercício de 1992, de Cr\$ 1 trilhão, e carrega sobre os ombros a responsabilidade de dirigir uma das pastas consideradas, juntamente com a Saúde, peças-chave para o bom desempenho político de qualquer governo, a Educação. Stella dos Cherubins Guimarães Trois é professora desde os seus 16 anos, tendo iniciado no magistério, na alfabetização de crianças e adultos em Planaltina, onde nasceu, à época município de Goiás. Há pouco mais de um ano ela assumiu a Secretaria de Educação a convite do governador Joaquim Roriz e sua meta é não deixar qualquer criança fora da escola, mesmo que isto signifique detrimento da qualidade do ensino prestado sobretudo nos chamados "turnos da fome". Stella dos Cherubins possui um extenso currículo, tendo dirigido várias escolas no DF. Aos 59 anos e mãe de três filhos, ela confessa ao repórter Natal Eustáquio que sua vida "sempre teve dois eixos, a família e o trabalho".

ZULEIKA DE SOUZA



Segundo Stella dos Cherubins, o ensino público em Brasília é privilegiado. Mas a realidade é outra

"Temos que colocar crianças em duas horas de aula em vez de quatro ou cinco horas. Em São Paulo e Minas a situação é pior"

"Há uma pesquisa do Ministério da Educação que situa o ensino da escola pública do DF na linha de ponta em termos nacionais"

Com o início do ano letivo, como ficou a estrutura da escola pública com a grande evasão de alunos da rede particular para a pública?

Stella — Estamos tendo em 1992 um fenômeno diferente dos últimos dez anos na história da Educação em Brasília. Este ano tivemos um grande aumento no número de matrículas, com duas características distintas: uma é o aumento nas áreas da periferia, especialmente nos assentamentos e este aumento é mais provocado pelo retorno à escola, ou até mesmo pelo início da escola para as crianças que estavam afastadas. Crianças de seis, sete, oito, nove anos... A concentração de matrículas se dá nas áreas mais tradicionais de instalação de Brasília, ou seja, no Plano Piloto, Guará, área central de Taguatinga onde temos maior número de escolas particulares. Então isso caracteriza uma evasão da escola particular. É uma busca da escola pública que se dá por três aspectos: pela crença na Educação, realmente uma oportunidade de melhoria de qualidade de vida; pela valorização da escola pública, que retoma seu grau de reconhecimento; e em terceiro, evidentemente, as condições de natureza econômico-financeira.

Como a Secretaria resolveu na prática esse problema se já havia um déficit de vagas na rede?

Stella — Nas áreas de assentamento construímos cerca de 400 salas de aula só no ano passado. Além da construção, entregamos em 1991 15 escolas, temos mais seis que estamos entregando, entre escolas reformadas, ampliadas e construídas, temos mais dez em construção que serão entregues até abril. Mesmo com as construções ainda temos algumas dificuldades que nos obrigam a manter os turnos intermediários. O nosso plano de trabalho era acabar até junho próximo com esses turnos. Mas com esse aumento vamos manter esses turnos, para não deixar as crianças fora da escola.

Quais seriam estas dificuldades?

Stella — Temos que colocar crianças em duas horas de aula em vez de quatro ou cinco horas. Isso não é uma situação só de Brasília, São Paulo tem uma situação mais crítica que a nossa, Minas Gerais também, sem falar no Nordeste que deixa as crianças fora da escola. A nossa opção entre dar um menor tempo para todas ou dar muito tempo para algumas e deixar as outras sem nada, optamos pela primeira. Esta opção atinge apenas dez por cento da matrícula do ensino fundamental. Muitas vezes se explora a versão do turno intermediário como se isso fosse a generalidade. E não é. Este ano, com 410 mil alunos na rede, estimamos que vamos ter cerca de 35 mil alunos nessa situação.

Com a reativação de algumas salas e a construção de novas escolas, como a senhora disse, como fica o quadro de professores, uma vez que é sabido que faltam professores para várias disciplinas?

Stella — Com a expansão da matrícula retomamos o processo de retornarmos à sala de aula como meta fundamental do

nosso plano de trabalho. Enviamos às escolas cerca de seis mil professores com a realização de concursos. Estamos enviando para as cidades-satélites os professores concursados, já convocados, de maneira que este ano estamos trabalhando com 95 por cento de regularidade em relação a 1991. Há áreas específicas de dificuldade, por falta de profissional no mercado, como nas disciplinas de Física, Química e Biologia. Por isso mantemos contato com o reitor da Universidade de Brasília, solicitando maiores possibilidades para a formação de professores nessas áreas, com a abertura da UnB à noite. É um trabalho a médio e longo prazos, e a curto o que estamos fazendo é dobrar a carga dos professores disponíveis.

A senhora calcula que exista hoje em Brasília quantas crianças entre sete e quatorze anos fora da escola?

Stella — Todas as crianças que buscaram a escola, fizeram matrícula. Hoje estamos atendendo a todas as crianças na faixa obrigatória dos sete aos 14 anos. O que pode ocorrer é que, por exemplo, no assentamento de Santa Maria, onde houve a mudança das famílias mais no fim do ano, tenhamos de aguardar ainda um certo tempo para iniciar o ano letivo.

Oficialmente, então, a Secretaria não reconhece que exista criança fora da escola?

Stella — Não. Porque abrimos escolas para todas as crianças. Este foi o nosso apelo, ainda que para isso tivéssemos que colocar escolas com os chamados turnos intermediários, com quatro ou cinco turnos.

Qual a análise que a senhora faz do nível do ensino público prestado em Brasília?

Stella — Há uma pesquisa do Ministério da Educação que situa o ensino da escola pública do DF na linha de ponta em termos brasileiros. Tenho dito que essa evidência revela o índice de qualidade da escola aqui. Mas de outro lado é preocupante porque a pesquisa também mostra que os índices dos outros estados não são assim tão vantajosos, de maneira que estar em uma linha de ponta pode não significar tanta vantagem. Isso aumenta a nossa responsabilidade porque entendemos que em termos de qualidade de ensino, temos muito o que caminhar.

Mas e a qualidade de ensino desse turno de duas horas? Em duas horas não dá para ministrar um ensino de nível...

Stella — Dá para ministrar sim. Há um preconceito em relação a se trabalhar em duas horas. O preconceito tem que ser em relação a deixar a criança fora da escola. Então você tem duas opções ou dá quatro horas para alguns e deixa muitos de fora, ou então distribui todos por duas horas. Enfatizamos muito a questão do turno intermediário, mas na realidade 90 por cento das crianças que estudam na escola pública têm quatro ou seis horas de aula. O problema seria se nos mantívéssemos imobilizados, deixando todas essas crianças com duas horas.

E como está o índice de repetência no Distrito Federal?

Stella — Comparados à média nacional, estamos também em uma situação confortável. Os nossos índices variam de acordo com a área e temos alguns casos que chegam a um pouco mais de 30 por cento. Mas essa é a média, de 20 a 30 por cento. Em termos nacionais a variação é de 30 a 50 por cento, que é muito alta. Se compararmos 20 por cento em 400 mil alunos são 80 mil alunos e espero, não só do ponto de vista da economia da educação, mas do ponto de vista social, que revertamos isto. Realmente é uma perda muito significativa.

Qual seria a causa de tamanha quantidade de repetência?

Stella — Há vários fatores que levam à repetência. Um deles, o mais significativo, é a infrequência à sala de aula. Outra condição é, sem dúvida, a questão dos currículos, que são muito ambiciosos. Em algumas áreas temos um número excessivo de disciplinas. Outra está relacionada a um nível do currículo em função da própria maturidade do aluno, à própria experiência que o aluno possui.

É notório, ainda, que o nível de formação profissional dos professores decaiu muito. O que a Secretaria tem feito no sentido de melhorar o nível do seu quadro docente?

Stella — Neste caso também o DF se diferencia do resto do Brasil. Mais de 70 por cento dos nossos professores têm nível superior e o restante são professores normalistas. Não temos o professor leigo como em outros estados, que é aquele que não tem sequer o 1º grau ou não tem o 2º grau completo. Veja que o quadro de Brasília, que não devamos ter um programa de atualização. Temos na Secretaria um programa que no ano passado atendeu mais de nove mil professores em cursos de atualização. Há um outro de atualização dos servidores através de convênios e bolsas de estudo com algumas universidades.

Como a senhora avalia os Ciacs?

Stella — O Ciac é uma grande oportunidade de avançarmos em questões crônicas na Educação e na atenção integral à criança. Questões que sequer foram pensadas durante anos. O Ciac representa o resgate da história da Educação em Brasília, dando à

criança escola de tempo integral, só que o Ciac é mais abrangente do que a proposta original para Brasília. Porque além do aspecto educacional, curricular, ela integra ali a proposta da saúde, da cultura, da educação física e recreação, a creche e uma relação maior com toda a comunidade. Vejo que é uma proposta audaciosa e que nos aponta para caminhar com mais audácia do que essa que temos, de colocar a Educação sempre em discussão.

Não seria mais lógico, ao invés de construir uma escola de tamanha infra-estrutura para atender um número pequeno de alunos, se construísse outras menos grandiosas?

Stella — A escola é um espaço dentro do Ciac. Quando se fala em Ciac tem se enfatizado muito a questão da escola de poucos alunos. Só que o Ciac não é só escola, é muito mais. O Ciac do Paranoá atende mais de quatro mil pessoas por mês, porque tem toda uma proposta maior de envolvimento com a comunidade. O que tem acontecido ao longo da História é que com Ciac ou sem Ciac a Educação brasileira tem sido sucateada. Então não é o Ciac que vai impedir isto. Falta uma vontade política de assumir o problema na sua globalidade.

Com tantas escolas em reforma, como ficará o calendário escolar para estes estabelecimentos?

Stella — Trabalhamos com um calendário especial. Elas terão um período de férias reduzido, períodos de recesso menores e, se for o caso, vamos trabalhar com estas escolas inclusive em janeiro.

Em termos de cifras, quanto a Secretaria gastou só em reformas e novas construções?

Stella — Quinze bilhões. Quando assumimos não tínhamos sequer rubrica no orçamento, além de nenhum cruzeiro para obras. Foi necessário enviar uma mensagem à Câmara Legislativa para se criar essa rubrica, que só foi resolvida em maio. Só então pudemos ter a negociação dos recursos tanto em termos de GDF como do Ministério da Educação.

E o orçamento da Secretaria para 1992?

Stella — Um trilhão de cruzeiros. Será suficiente? Qual a previsão que a senhora faz?

Stella — Temos de trabalhar dentro do

orçamento. Ele deve ser seguido, mas dentro da situação econômica que atravessamos, principalmente de demanda social para novos investimentos, temos que buscar condições para melhorar nossa vinculação orçamentária para atender à demanda escolar. Ele representa a maior parcela dentro do orçamento do GDF. Fizemos um estudo de sua aplicação e vimos a necessidade de reajustarmos nossa postura de gestores dos recursos, que são parcos em função do tamanho do trabalho. Noventa e seis por cento do nosso orçamento são gastos com pessoal e não temos como expandir mais isso. Temos de redimensionar o aproveitamento de nosso pessoal, colocando o professor na sala de aula, não o desviando para outras funções.

Como está a questão da eleição dos diretores das escolas?

Stella — Do ponto de vista do governo eleição é um assunto superado porque assumimos a Secretaria em um período em que tínhamos grande parte dos diretores eleitos pelo processo anterior. O mandato destes diretores acabou em dezembro e ainda os mantivemos no mês de janeiro. Fizemos então a recomposição da equipe mantendo muitos deles, não porque tinham sido eleitos, mas pelo fato de ter sido avaliado o trabalho e de reconhecermos nele uma contribuição importante para a Educação. A proposta do governador Roriz é de que a escola é uma instituição de responsabilidade do governo. Ela vai desenvolver uma proposta de uma política educacional que foi assumida pelo governo, que para isso precisa ter na direção das escolas pessoas que queiram aceitar essa política. Essa é a linha da atual administração. Avaliamos pela competência do diretor, a seriedade e o compromisso com a política do governo.

Não é autoritário? Não seria um processo mais democrático a comunidade escolar exercer o seu poder de voto...

Stella — O poder de voto já foi dado nas eleições, quando a comunidade votou no governador Roriz. E em nenhum momento de sua campanha ele prometeu que faria eleições para diretores. A escolha de um programa de educação foi feita quando ele foi eleito.